

I CONGRESSO NACIONAL DE PRÁTICAS DE ENSINO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA



INVISIBILIZADOS: A TRAJETÓRIA EDUCACIONAL DE UMA ALUNA COM TRANSTONO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

I Congresso Nacional de Práticas de Ensino na Educação Inclusiva, 1ª edição, de 01/08/2024 a 02/08/2024
ISBN dos Anais: 978-65-5465-106-6

FREITAS; Alcione Fiel de¹, RODRIGUES; Dheneffer Cantão², SANTOS; Tânia Regina Lobato dos³

RESUMO

Introdução

Este trabalho tem como objetivo descrever a trajetória educacional de uma aluna com Transtorno do Espectro Autista (TEA), nível de intervenção III, no ambiente de uma escola pública de ensino fundamental e as análises suscitadas a partir dessa experiência. Com a intenção de compartilhar nossas reflexões no I Congresso Nacional de Práticas de Ensino na Educação Inclusiva.

O estudo busca evidenciar não apenas os desafios enfrentados, mas também as estratégias implementadas para promover a inclusão efetiva, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais sensíveis e adequadas às necessidades dos alunos com TEA. Almejamos que esta análise sirva de base para reflexões e melhorias contínuas no campo da educação inclusiva.

No cenário atual da educação, a inclusão de estudantes com deficiência é frequentemente tratada de maneira superficial e burocrática. Muitas vezes, as políticas educacionais e as práticas pedagógicas não correspondem às reais necessidades desses alunos, resultando em exclusão velada.

De tal modo, este trabalho visa não apenas descrever uma experiência de inclusão, mas também analisar a falta de preparo e de recursos adequados nas escolas, evidenciando a necessidade urgente de uma abordagem mais humanizada e eficiente para garantir o direito à educação de todos.

O acesso de estudantes com deficiência à educação está garantido na legislação brasileira, alicerçada nos documentos internacionais resultantes de acordos mundiais que fundamentam e são marcos para o processo de inclusão. A Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988, assegura no Artigo 205 que a educação é um direito universal e uma responsabilidade tanto do estado quanto das famílias. Além disso, o Artigo 206, inciso I, garante a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola.

No que tange ao Atendimento Educacional Especializado, a Constituição de 1988 estabelece no Artigo 208, inciso III, que este deve ser preferencialmente oferecido na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/96) dedica um capítulo inteiro à Educação Especial, no Capítulo V. Entre outras disposições, a LDB permite a flexibilização do currículo, métodos e recursos para atender às necessidades especiais dos alunos (BRASIL, 1996).

Dessa forma, a relevância deste trabalho reside na necessidade de discussão para se promover uma educação inclusiva que realmente atenda às necessidades dos alunos com TEA, proporcionando-lhes um ambiente de aprendizagem acolhedor e eficaz. Reflexões como esta são essenciais para compartilhar boas práticas, identificar falhas e sugerir melhorias nas abordagens pedagógicas e nas políticas educacionais.

Aspectos Metodológicos

O presente estudo está embasado em teóricos e textos legais acerca da inclusão e educação especial no Brasil, partindo de uma revisão bibliográfica, delineamos a escrita em uma abordagem qualitativa a partir de uma

¹ Universidade do Estado do Pará, alcione.fiel01@gmail.com

² Universidade do Estado do Pará, dheneffercantao@gmail.com

³ Universidade do Estado do Pará, tanielobato02@gmail.com

pesquisa exploratória, a qual tem como finalidade esclarecer conceitos e ideias sobre determinado assunto, segundo Gil (2008), para uma melhor compreensão acerca do objeto estudado e um possível aprofundamento posteriormente. A experiência se deu a partir da vivência no período de estágio supervisionado, onde ocorreu o contato com uma aluna com necessidades especiais, que terá como nome fictício Bia, a qual estava inserida em uma sala de ensino regular. As reflexões e constatações resultantes do contato com a discente e a professora responsável por ela serão descritos a seguir.

Resultados e Considerações

Bia é uma aluna com Transtorno do Espectro Autista (TEA), nível de intervenção III, que frequentava o 1º ano do ensino fundamental em uma escola regular da rede municipal. Durante suas aulas, Bia contava com o apoio de uma professora mediadora, além da professora regente, para auxiliá-la em suas necessidades pedagógicas específicas.

Uma das dificuldades mais marcantes de Bia era a falta de habilidades no processo de alfabetização, o que complicava sua participação nas atividades acadêmicas da turma. Ainda não era capaz de seguir uma rotina escolar regularmente, muitas vezes perdendo consultas importantes e momentos de aprendizado estruturado. Além disso, as transições entre atividades eram um desafio, frequentemente causando ansiedade e comportamentos desafiadores.

Bia também apresentava dificuldades significativas na interação social. Era perceptível sua relutância em participar de brincadeiras ou atividades em grupo durante os intervalos, preferindo se isolar em momentos de desconforto. A falta de habilidades verbais limitava sua capacidade de comunicação com os colegas e professores, criando barreiras adicionais para sua integração na sala de aula.

Para complicar ainda mais sua jornada educacional, a família de Bia enfrentava dificuldades em compreender e aceitar suas necessidades específicas, o que impactava diretamente o suporte emocional e educacional que ela recebia em casa e na escola. Essa complexidade exigia uma abordagem personalizada e empática por parte dos educadores e profissionais escolares, visando não apenas sua adaptação acadêmica, mas também seu bem-estar emocional e social.

Diante das dificuldades existentes, o processo de inclusão se tornou desafiador. A presença de uma professora mediadora e o suporte da equipe pedagógica foram essenciais para adaptar o ambiente educacional às necessidades específicas de Bia. Houve avanços perceptíveis em algumas áreas, como o estabelecimento de uma rotina mais estruturada e a melhoria gradual na interação social com os colegas.

No entanto, os resultados também expuseram lacunas significativas no sistema educacional, como a falta de recursos adequados e de capacitação específica para lidar com alunos com TEA sendo um obstáculo constante. A alfabetização de Bia continuou sendo um desafio crucial, com progressos limitados ao longo do período observado. A ausência de uma abordagem educacional mais inclusiva e flexível destacou a necessidade urgente de investimentos em formação continuada para os educadores e de adaptações curriculares mais eficazes.

Além disso, a participação e o envolvimento da família de Bia no processo educacional foram insuficientes, refletindo em uma colaboração limitada entre escola e casa. A falta de apoio emocional e prático fora do ambiente escolar também contribuiu para a dificuldade de Bia em alcançar seus potenciais acadêmicos e sociais. Fica claro que a colaboração entre escola, família e comunidade é fundamental para o sucesso de crianças com deficiência. Portanto, é crucial que os sistemas educacionais incentivem uma parceria mais estreita entre todos os agentes envolvidos, garantindo um suporte consistente e abrangente para os alunos com TEA.

Os resultados obtidos com Bia reforçam a importância de uma abordagem holística e personalizada para a inclusão de alunos com TEA. É essencial que as políticas educacionais sejam revisadas para garantir recursos adequados, formação especializada contínua para os educadores e uma maior integração entre escola, família e comunidade.

Ficou evidente que a implementação efetiva das políticas de inclusão requer mais do que simplesmente colocar alunos com necessidades especiais em salas de aula regulares. Exige uma abordagem integrada, sensível e bem estruturada que considere as necessidades individuais de cada aluno.

Os avanços observados, como a melhoria na rotina e na interação social de Bia com seus colegas,

¹ Universidade do Estado do Pará, alcionele01@gmail.com

² Universidade do Estado do Pará, dheneffercantao@gmail.com

³ Universidade do Estado do Pará, tanialobato02@gmail.com

demonstraram que com o suporte adequado, é possível promover um ambiente inclusivo e acolhedor.

Em suma, a experiência de Bia sublinha a necessidade urgente de uma educação inclusiva que não apenas cumpra as exigências legais, mas que também promova verdadeiramente a igualdade de oportunidades e o pleno desenvolvimento de todos os alunos. Destacamos a necessidade urgente de investimentos contínuos em formação para educadores, tanto a inicial quanto a continuada e adaptações curriculares mais eficazes. É imperativo que as políticas educacionais sejam revistas e aprimoradas para garantir que nenhum aluno seja deixado para trás, independentemente de suas necessidades específicas. Somente assim poderemos construir uma sociedade mais justa e inclusiva para todos.

Historicamente, as crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras deficiências foram invisibilizadas e marginalizadas pela sociedade, desde a Idade Média, essas crianças eram frequentemente vistas como anomalias, muitas vezes isoladas ou submetidas a tratamentos desumanos. Com o avanço da ciência e da compreensão sobre o TEA, essa visão começou a mudar, mas a luta pela verdadeira inclusão continua.

A sociedade tem a responsabilidade moral e ética de garantir que essas crianças não sejam apenas integradas, mas que tenham condições adequadas de acesso e permanência na escola. Não se trata apenas de cumprir a legislação, mas de promover um ambiente que respeite e valorize a diversidade humana. As crianças com TEA merecem respeito, dignidade e oportunidades iguais para desenvolver seu potencial. Isso requer uma mudança profunda nas políticas educacionais, garantindo investimentos contínuos na formação de educadores e na adaptação curricular. Somente assim poderemos assegurar que todos os alunos, independentemente de suas necessidades específicas, tenham a oportunidade de crescer e contribuir para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168p.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>> Acesso em: 22 de abril de 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão, Educacao Especial, TEA

¹ Universidade do Estado do Pará , alcionelel01@gmail.com

² Universidade do Estado do Pará , dheneffercantao@gmail.com

³ Universidade do Estado do Pará , tanielobato02@gmail.com